

A CONFLITUALIDADE NA ÁFRICA SUBSARIANA: DO PROBLEMA DAS FONTES À RENOVAÇÃO DAS TEORIAS

IVO CARNEIRO DE SOUSA

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Quando os diferentes espaços africanos começaram, há quase quatro décadas, a multiplicar os seus processos de independência, a euforia e o optimismo percorreram o continente de forma progressivamente mais contagiosa, edificando também imagens, lendas e metáforas que invadiram tanto a renovação das práticas culturais e políticas como as ciências sociais que, nos anos 60, procuravam aprofundar a compreensão da diversidade social que se afirmava através dos movimentos de libertação africanos. Neste ambiente generalizado de renovação política e social, Kwame Nkrumah, o célebre primeiro presidente negro do Gana, pode mesmo declarar ainda em 1957, num momento fundacional das independências africanas que

Vamos conseguir numa década o que demorou séculos a alcançar aos outros povos, (...) e não ficaremos contentes enquanto não extinguirmos completamente todas as miseráveis estruturas coloniais e levantarmos em seu lugar um verdadeiro paraíso...¹

Esta sugestiva imagética do paraíso multiplicou-se rapidamente, convocando tanto os discursos políticos nacionais quanto uma colecção importante de actividades culturais que, da literatura à pintura, muitas vezes em comunicação com os meios anticolonialistas ocidentais, foi representando mais do que analisando a explosão incontornável das independências africanas como a afirmação de um verdadeiro renascimento da humanidade. A ideia de paraíso, com o seu envasamento sacral, mítico e paternal, reverteu-se em lugares da memória que, através de estátuas, invenção de novas personalidades e cultos pessoais, tratou de simplificar a história, transformando processos de longa duração e contradições complexas em rápidos momentos antitéticos, opondo a generosa libertação das independências à miséria do jugo colonial. Muito rapidamente, porém, o paraíso deixou de oferecer a *fons vitae*, sendo substituído por imagens e temas que passaram a insistir na reali-

¹ NKRUHMAH, Kwame, *Ghana: An Autobiography*, London, Nelson, 1957, p. 34. A influência do pensamento de Nkrumah na especialização das ideologias dos movimentos anticoloniais tanto nos países africanos lusófonos como nos meios políticos portugueses encontra-se por estudar. Recorde-se, no entanto, que o acesso ao seu pensamento em Portugal foi largamente promovido através de uma célebre colecção de textos políticos da editora Sá da Costa que, intitulada «Cadernos Livres», multiplicou em 1975 a obra NKRUHMAH, Kwame, *A luta de classes em África*, Lisboa, 1975.

dade quase brutal da política, no peso asfixiante do subdesenvolvimento e na inevitabilidade de uma ordem social severa como condição incontornável de desenvolvimento económico. Pior ainda, os processos originais de libertação anticolonial, convocando formas de construção nacional, como também aspirações democráticas genuínas, foram-se vazando progressivamente em projectos de repressão e arbitrariedade política, elitização e fulanização de poderes e regimes, cerceamento de liberdades e direitos, censura e perseguição, adiando o desenvolvimento económico e social que todas as declarações de independência prometiam. Finalmente, o tema do adiamento, do atraso e, mais recentemente, da *marginalização* do continente africano substituíram definitiva e radicalmente as imagens e programas fundacionais do paraíso...

Visitando sistematicamente os meios, os modos e os auditórios que, entre nós, das revistas especializadas aos centros de investigação, continuam a desenvolver interesse pelos estudos africanos, destacam-se cada vez mais as considerações e análises negativas, verdadeiramente pessimistas, impondo mesmo uma espécie de crise da análise social que acompanha o recenseamento e estudo das sociedades africanas, como se pode comprovar, entre tantos outros factores, nos títulos de publicações ou nos registos de teses, perseguindo cada vez mais os temas da crise, da pobreza, da conflitualidade tanto como regressando à etnicidade ou vislumbrando mal a miragem do desenvolvimento. Toma-se por adquirido, quase definitivo, que, de facto, quase de direito, para muitas populações africanas, o paraíso travestiu-se em fomes, pandemias, desemprego, tantas vezes mesmo numa arma constantemente apontada à cabeça. Na verdade, muito rapidamente, golpes de estado e movimentos golpistas sucederam-se ao optimismo fundacional das declarações de libertação e independência. Cronologicamente, o primeiro golpe político importante ocorreu ainda no ex-Congo Belga, em 15 de Setembro de 1960, apenas três meses depois da independência. Na África Ocidental, por exemplo, o primeiro movimento golpista bem sucedido dilacerou o Togo logo em Janeiro de 1963. Significativamente, entre 1963 e 1966 recenseiam-se em diversos estados africanos catorze golpes de estado importantes, quase sempre tragicamente violentos para o jovem destino dos novos países independentes². Chegados a 1968, arrolavam-se já 64 diferentes tentativas de transformações violentas dos poderes e dos governos africanos que tinham mal começado a tentar instalar renovadas instituições e administrações com os processos de independência³. No entanto, estudando este processo mais atentamente, verifica-se

² DECALO, Samuel, *Coups and Army Rule in Africa: Studies in Military Style*, New Haven, Yale University Press, 1976, p. 6.

³ Seguindo as lições de Kwame Nkrumah, contam-se entre 1963 e 1970 vinte e cinco golpes de estado bem sucedidos, apresentando a seguinte cronologia: 13 de Janeiro de 1963 – Togo; 12-15 de Agosto de 1963 – Congo-Brazzaville; 19-28 de Outubro de 1963 – Daomé; 18 de Fevereiro de 1964 – Gabão; 1 de Janeiro de 1965 – República Centro-Africana; 4 de Janeiro de 1965 – Alto Volta; 18 de Junho de 1965 – Argélia; 25 de Novembro de 1965 – Congo-Kinshasa; 22 de Dezembro de 1965 – Daomé; 15 de Janeiro de 1966 – Nigéria; 24 de Fevereiro de 1966 – Gana; 29 de Julho de 1966 – Nigéria; 29 de Novembro de 1966 – Burundi; 13 de Janeiro de 1967 – Togo; 24 de Março de 1967 – Serra Leoa; 17 de Dezembro de 1967 – Daomé; 18 de Abril

que esta primeira geração de golpistas da década de 1960 poderá parecer hoje quase estranha. Reunia soldados profissionais que, tantas vezes de patentes medíocres, se mobilizavam contra a corrupção, a incompetência, os gastos governamentais excessivos, a acumulação de fortunas pessoais e os erros de administrações e administradores nepóticos. Apesar de começarem a convocar ideias e influências marxistas, continuava a dominar na sua actividade política pública uma generosidade nacional, tantas vezes em torno da ideia de um «nacionalismo africano»⁴. Limparam, por isso, governos e administrações, sobrelevaram a disciplina nos serviços públicos e regressaram na maioria dos casos aos seus quartéis, pese embora muitos destes militares terem sido verdadeiramente idolatrados e heroificados por camadas significativas das populações africanas. Em contraste, aquela que se pode definir como a segunda geração de líderes políticos e militares, chegando ao poder durante a década de 1970 com a multiplicação de novos golpes e alterações violentas de governações, mostrou-se mais corrupta, incompetente e declaradamente muito mais brutal do que os governos e as administrações públicas que queriam substituir. Arruinaram economias atrás de economias, multiplicaram instabilidades e movimentos populacionais, exorbitaram o peso da economia militar, exageraram o militarismo e a centralidade da disciplina militar como fonte de soberania e ordem social⁵.

Parte significativa da opinião pública e política internacional informada que frequenta jornais, revistas e muitos dos ensaios publicados recentemente sobre a África subsaariana, pensa com fatalidade que este estado de coisas piorou ainda mais desde então, quase irremediavelmente, nas duas últimas décadas. Com efeito, desde os inícios dos anos 90, muitos políticos e responsáveis locais e estrangeiros, tanto como investigadores e diplomatas, agências internacionais e organizações não-governamentais, começaram praticamente a decretar que o continente africano se encontra mergulhado numa verdadeira constelação de guerras civis intermináveis, caos, instabilidade, crises, um incontornável subdesenvolvimento, progressivamente erguido em essencialidade e representação culta e mediática dominante da África de hoje... Somos, assim, continuamente informados que muitas economias entraram em verdadeiro colapso e os índices de pobreza, em termos absolutos e relativos, cresceram, tantas vezes desmesurada e dramaticamente. A subnutrição

de 1968 – Serra Leoa; 3 de Agosto de 1968 – Congo-Brazzaville; 4 de Setembro de 1968 – Congo-Brazzaville; 19 de Novembro de 1968 – Mali; 25 de Maio de 1969 – Sudão; 1 de Setembro de 1969 – Líbia; 15-19 de Outubro de 1969 – Somália; 10 de Dezembro de 1969 – Daomé; 30 de Janeiro de 1970 – Lesoto (NKRU-MAH, Kwame, *ob. cit.*, p. 58).

⁴ Não é fácil discutir e perspectivar rigorosamente a dimensão ideológica dos movimentos de independência e dos golpes de estado e transformações políticas que lhes sucedem. Estratégias políticas e sociais variadas somam-se à utilização complexa de ideologias políticas que são, muitas vezes, consumidas com sentidos de «africanidade» e «nacionalidade» nem sempre claros, situações que apelam para estudos mais monográficos, revisitando com atenção mais pormenorizada os diferentes agentes que procuram produzir actividade política e cultural próxima da noção de ideologia. Apesar das suas limitações metodológicas e da sua dimensão também política, ainda concorre para enquadrar panoramicamente esta investigação o trabalho de BENOT, Yves, *Ideologias das independências africanas*, 2 vols., Lisboa, 1981.

⁵ AYITTEX, George B. N., *Africa in Chaos*, New York, St. Martin's Griffin, 1999, p. 8.

cruzou-se com totalitarismos, as perseguições com a corrupção, a arbitrariedade com o desinvestimento. Infra-estruturas básicas arruinaram-se, das redes viárias às telecomunicações, passando pelas escolas ou por esses muitos prédios que, desde o fim do colonialismo, deixaram de mobilizar qualquer nova demão de pintura. Em 1995, por exemplo, quando o vice-reitor de uma das maiores universidades da Nigéria se demitiu com grande impacto na comunicação social, denunciou que as admissões eram vendidas abertamente, os dormitórios femininos tinham sido sistematicamente transformados em bordéis, multiplicavam-se as ameaças de morte sobre professores e funcionários, ao mesmo tempo que faltava frequentemente a água e a electricidade, desagregando-se laboratórios e arruinando-se muitas bibliotecas e espaços de lazer e educação física e desportiva...⁶ Nesta ordem de acontecimentos, tanto a informação mediática como a comunicação pessoal, esclarecem frequentemente, entre o exagero e o anedótico, que em muitos lugares de África os telefones não funcionam; a electricidade e a água são esporádicas; desapareceram muitas estradas asfaltadas; os hospitais não têm medicamentos; doenças que se pensava vencidas, como a febre amarela, a malária e a cólera reapareceram violentamente, enquanto a progressão da sida parece completamente fora de qualquer tipo de controlo social e sanitário. De facto, em muitas cidades africanas, dos veículos em difícil circulação aos próprios edifícios governamentais os sinais de decadência são mais do que evidentes: abundam as janelas sem vidros ao mesmo tempo que muitos funcionários públicos, dos professores aos empregados bancários, não recebem durante meses salários ou, como ocorre actualmente em muitos locais de Angola, recebem o seu salário em géneros da ajuda alimentar internacional... Em 1996, por exemplo, um funcionário superior do Ministério do Trabalho da Nigéria, George Adeleye, morreu de exaustão depois de esperar muitas horas para tentar recolher o seu salário com vários meses de atraso, ascendendo a esse total «fantástico» de 1500 *naira*, cerca de vinte dólares...⁷ Não se alimentava há vários dias como explicaram os seus colegas... Um exemplo que, infelizmente, se poderia multiplicar por larguíssimos milhares e que percorre grande parte das principais cidades dos estados da África subsaariana, cada vez mais superpovoadas por multidões de refugiados de guerras e conflitos que multiplicam a indigência e subalternidade sociais.

Os índices de desenvolvimento exibidos em muitos jornais e revistas internacionais de economia mostram-se, de resto, dramáticos, progressivamente inferiores aos dos outros espaços do chamado terceiro mundo... Os relatórios do Banco Mundial desenvolvem nos últimos anos de forma recorrente uma prosa quase brutal nas breves introduções gerais que dedicam à apresentação da situação económica e social africana: «A profunda crise económica da África caracteriza-se por um crescimento negativo da produção agrícola, declínio acentuado da produção industrial, baixos índices de exportação, crescimento da dívida, deterioração dos índices soci-

⁶ *African News Weekly*, 26 May 1995, p. 6.

⁷ *African News Weekly*, 16-22 September, 1996, p. 26.

ais, das instituições e do ambiente»⁸. Discutindo mais demoradamente esta declaração, segundo as estatísticas e as fontes oficiais das instituições financeiras internacionais, destaque-se que os rendimentos *per capita* na África subsaariana desceram desde 1965 cerca de 14,6%⁹. Entre 1961 e 1995 a produção alimentar por pessoa desceu 12%.¹⁰ O Zaire que agora se chama República Democrática do Congo exportava alimentos quando era Congo Belga, actualmente não consegue qualquer auto-suficiência alimentar, dos frumentários às frutas, das proteínas animais às vegetais. O mesmo ocorre na Zâmbia, na Serra Leoa, na Tanzânia ou em Angola. Em 1990, 40% da alimentação da África era importada, apesar da Organização Mundial de Agricultura das Nações Unidas (FAO) continuar a insistir nos seus relatórios que, por si só, a bacia do Congo era suficiente para alimentar toda a África Negra. Contudo, a situação económica primária deteriorou-se tão rapidamente nos últimos anos na Nigéria que grande parte da população apenas se alimenta com regularidade uma vez por dia...

Percorrendo os principais jornais económicos e financeiros dedicados à África recenseiam-se actualmente notícias, relatos e, mais raramente, análises generosa e continuamente pessimistas. Frequentando, por exemplo, as páginas do *African Business* para o ano de 1995, imediatamente ressalta a notícia de que, entre 1989 e 1994, metade das empresas industriais britânicas com subsidiárias africanas abandonaram o continente negro em direcção a outros horizontes geográficos na Europa do Leste, na América Latina e na Ásia¹¹. De acordo com o balanço feito em 1990 pelo *The Economist*, também o investimento francês na África subsaariana caiu mais de 20% desde 1983¹². Situação estranha de desinvestimento, visto que, seguindo as lições do Banco Mundial, em 1995 tinha-se atingido um recorde do investimento estrangeiro no chamado terceiro mundo, quadruplicando em 5 anos, fixando-se em 90 biliões de dólares. Só que, Singapura sozinha atraiu 5,8 biliões de dólares, enquanto toda a África recebeu cerca de 1% do «bolo» total, à roda de 2 biliões de dólares, menos do que o Chile isoladamente...¹³ Ao mesmo tempo, a dívida africana entre 1970 e 1996 multiplicou-se por 24, situando-se nos 400 biliões de dólares, fazendo da África a região mais endividada do mundo. Por isso, apenas os serviços desta dívida gigantesca convocam mais de 40% dos rendimentos da exportação, mas menos de metade das obrigações da dívida têm vindo a ser resgatadas.

Estas notícias, estas informações e, mais raramente, este tipo de análises e debates colocam vários problemas. Desde logo, um problema de fontes e de dimensão social e cultural. Em rigor, estes índices dramáticos em que os números funcionam

⁸ *World Bank*, 1989, 2.

⁹ AYITTEY, George B. N., *Africa in Chaos*, New York, St. Martin's Griffin, 1999, p. 10.

¹⁰ *The Economist*, 7 September 1996.

¹¹ *African Business*, May 1995, p. 16.

¹² *The Economist*, 21 July 1990, p. 82.

¹³ *The Economist*, 9 November 1996, p. 95. Mesmo este número de 2 biliões de dólares foi discutido por muitos especialistas que acreditam não ter sequer alcançado um bilião de dólares a ajuda internacional que, efectivamente, chegou aos países africanos (*The African Observer*, 11-24 April 1996, p. 20).

como qualidades referem-se, afinal, a que África? Parece importante que as ciências sociais comecem por recordar a políticos e jornalistas, revistas e agências financeiras algumas conceptualizações absolutamente elementares que costumamos ensinar imediatamente nas primeiras aulas dos nossos cursos de licenciaturas e mestrados¹⁴. É imperativo distinguir entre líderes africanos e populações, tanto como entre espaços tradicionais e urbanos ou grupos sociais elitários dominantes e subalternos... Com efeito, as generalizações sociais e mediáticas comuns do tipo «os africanos ou os moçambicanos estão a reformar a sua economia» não são nem rigorosas nem sequer verdadeiras. Sugerem que todos os africanos ou moçambicanos estão envolvidos nesse processo, quando muitas vezes se trata de processos elitários ou mesmo confinados a estratégias de liderança que, concorrendo para determinadas formas de crescimento económico, não deixam também de multiplicar pobreza e marginalidades sociais outras. Criticar poderes, lideranças e corrupções governamentais não pode ser também sinónimo de «criticar» as populações locais africanas, sob pena de se invalidar qualquer análise séria e rigorosa dos fenómenos sociais e económicos em estudo, subsumindo-os em indistintas generalizações cada vez mais próximas de novas contruções e perspectivas essencialistas em que se tomam os poderes centrais e as elites que por ele concorrem pelo todo social, reduzindo a sua diversidade social e cultural.

Existem, passe a simplificação, duas Áfricas em «choque», se quisermos, duas Áfricas em continuada comunicação marcada por assimetrias e contradições. Para além daquela que se organiza em números, em conflitos, em cidades e em elites, parece continuar a persistir essa África outra que se continua a castigar como indígena, atrasada, tradicional. Fundamentalmente rural, continuando a seguir ritmos tradicionais de trabalho e produção, atraída ou ancorada ainda ao prestígio de vetustas formas de ordenamento social, territorial e familiar, esta outra África reúne a maioria das populações dos espaços subsaarianos, talvez qualquer coisa ainda próxima dos 80% da população. Acusada de vários atrasos e arcaísmos, esta África tradicional e rural funciona a vários níveis, longe das categorias de eficiência e competência com que estudamos as sociedades e as economias actuais. Muitos investigadores e analistas tanto ocidentais como também africanos assumem que as duas Áfricas se reproduzem seguindo os mesmos princípios e lógicas, do social ao cultural, homogeneização invalidada por muitas investigações e estudos de caso que continuam a destacar a especificidade social, cultural e simbólica dos espaços rurais africanos. Repare-se que a África tradicional, largamente agrícola e local, reunindo uma maioria populacional camponesa, garantiu plurissecularmente a alimentação através da agricultura, tecnologias e indústrias artesanais através dos minerais e as energias através das madeiras. Organizou *habitats* tanto como sistemas de paren-

¹⁴ Refiro-me concretamente às metodologias, conceitos e teorizações propostas nas primeiras sessões do seminário de *Fundamentos Disciplinares* que coordenei com outros colegas para o I Curso de Mestrado em Estudos Africanos da Uniuersidade do Porto (1998-1999).

tesco complexos, procurou simetrias estáveis entre populações e recursos, inventou sistemas de autoregulação demográfica tanto como equilíbrios étnico-territoriais que, frequentemente, encontraram na etnicidade¹⁵ não uma estratégia de conflitualidade, mas antes um factor de solidariedade e defesa de identidades e equilíbrios sociais. Pintou, cantou, esculpiu. Por vezes, em trabalhos artísticos de magnífico aparato como as esculturas Yoruba, os bronzes Ibo, as máscaras do Benin ou os tronos Tshokwe... Da antropologia à sociologia, passando mesmo pelas velhas cartilhas das etnografias coloniais, muitos estudos pormenorizados destas sociedades locais ditas tradicionais ou «primitivas» destacam um alto grau de funcionalidade, por vezes até formas complexas de participação política verdadeiramente democráticas, a par de um desenvolvimento significativo do direito consuetudinário, formas estáveis de regulação da mobilidade social e de ordenamento de hierarquias e formas de estamentação social... As ciências sociais explicam naturalmente que, quando se fala de «duas Áfricas» em choque, quer-se verdadeiramente significar grupos, territórios, espaços sociais, sociabilidades e sistemas de valores vários. Quer-se também dizer conflitualidades, movimentos e mobilidades sociais que fazem das sociedades, das economias e estados da África subsaariana mosaicos complexos que não se podem reduzir às notícias macro-económicas para consumo de investidores e agências financeiras internacionais ou aos novos essencialismos que, entre teorias afro-pessimistas e anúncios de colapsos¹⁶, não convocam rigorosamente a investigação de todas as realidades, grupos e agentes sociais activos na construção e reprodução da vida social africana. Penso mesmo que as ciências sociais não têm tido grande sucesso em especializar e explicar a conflitualidade destas «duas» Áfricas muitas. Com efeito, face a grandes e pequenos problemas, das crises às alterações frequentes de estados e poderes, das fomes às guerras, quando é possível ultrapassar censuras, intimidações e perseguições, a análise das ciências sociais, da economia à sociologia, embaraça-se quase sempre em duas escolas quase dominantes de pensamento: *externalistas* e *internalistas*,¹⁷ tantas vezes com envasamento ideológico ou político a

¹⁵ Sobre o conceito de etnicidade, veja-se o que escrevemos em *Etnicidade e Nacionalismo: uma proposta de quadro teórico*, in «Africana Studia», 1 (1999), pp. 109-122.

¹⁶ Esta noção de *colapso* tem vindo, nos últimos tempos, a castigar de forma cada vez mais recorrente o continente africano e muitos dos seus países, tanto nos meios de comunicação social, nos discursos políticos oficiais, como em muitas análises e estudos científicos. Aplicar este conceito, mas explicadamente, à dissolução de determinados sistemas de estado ou de certas economias centrais ainda poderá ter alguma licitude, mas convocar a noção para sumariar a situação das sociedades africanas mostra-se totalmente errado porque, em termos gerais, estas sociedades, nomeadamente a nível local, continuam a funcionar. Penso que a ideia de colapso deverá apenas referenciar sociedades que deixaram radicalmente de produzir e que, deste modo, se encontram verdadeiramente ameaçadas de um «colapso» económico e social. Apesar dos esforços que realizei, consultando as mais variadas informações estatísticas, não encontrei nenhuma sociedade africana concreta que tenha deixado definitivamente de produzir e, assim, enfrentasse uma situação de «colapso».

¹⁷ Apesar desta «divisão» ser redutível, mas sumariar parte importante das posições analíticas disponíveis actualmente nos meios «africanistas», seguimo-la também por razões de organização didáctica dos problemas em estudo, de acordo com a proposta de AYITTEY, George B. N., *Africa in Chaos*, New York, St. Martin's Griffin, 1999, pp. 37-48

partidos e escolas dominantes de pensamento, tratam de analisar e explicar temas, problemas e conflitos sociais africanos com alguma estabilidade nas categorias, nas problemáticas e na recorrência das explicações...

Lendo e consumindo as notícias, os índices e as qualificações estatísticas que seguimos, os *externalistas* acreditam que a crise africana é devida a factores externos: colonialismo ocidental, imperialismo, efeitos perversos da escravatura, conspirações racistas, exploração das multinacionais, um sistema económico internacional injusto, fraca ajuda internacional e desequilíbrios comerciais..., são, entre outros, os factores geralmente convocados de causação. Quando as crises económicas e políticas se começaram a multiplicar e a cruzar nos finais dos anos 70, causas e diagnósticos oferecidos pela maior parte dos intelectuais e governantes eram, de facto, externas. No seu conhecido livro *The Africans*, estampado em 1986, o professor Ali Mazrui examinava a crise africana procurando demonstrar que tudo tinha corrido mal exclusivamente devido ao colonialismo e ao imperialismo ocidentais, concluindo que «a decadência política da África era consequência das instituições coloniais que não tinham raízes africanas»¹⁸. Esta ideia das *raízes*, subsumida numa metaessencialidade que ainda hoje se sumaria como «africanidade» ou, nos «palcos» literários e culturais, como «negritude» foi rapidamente subscrita pela maioria das lideranças e elites políticas dominantes, até porque a totalização de uma causalidade externa permitia colocar os poderes acima de suspeitas, não podendo ser culpados, responsabilizados e, o que é mais, criticados na base doutras explicações possíveis. Assim, um qualquer problema no sistema educacional era, naturalmente, falta do colonialismo. Problemas de abastecimento de água e electricidade atribuíam-se a conspirações do imperialismo. Até a corrupção ou o nepotismo acusavam colonialismo, como explicava o próprio falecido presidente Mobutu, esclarecendo, talvez na base de uma longa experiência pessoal, que a corrupção fora introduzido no Zaire exclusivamente pelos ocidentais, porque «os comerciantes europeus é que disseram 'vendo-lhe isto por mil, mas 200 são para a sua conta pessoal!...'»¹⁹

Sistematizam-se frequentemente estas explicações «externalistas» através de uma causação que procura sobrelevar o peso do *legado colonial*. Que não é brilhante. É mesmo dramático e brutal, como sabemos, em muitos espaços e sociedades. Quando a Tanzânia se tornou independente, em 1961, tinha apenas 16 licenciados. A Zâmbia tinha 100, a que se somavam 1500 pessoas com educação secundária completa e 6000 com dois anos de educação secundária para uma população de 4 milhões de habitantes. Na Guiné-Bissau, refere-se a existência 14 licenciados, 97% de analfabetismo e 300 km de estradas pavimentadas...²⁰ Números que, se quisermos, podemos agitar como qualidades *ad contrario*: o Zaire tinha nas vésperas da independência, em 1960, 35.000 km de estradas em funcionamento e hoje menos de 4000..., situações que poderíamos recensear em muitos outros países, denunciando

¹⁸ MAZRUI, Ali, *The Africans*, London, BBC Publications, 1986, p. 199.

¹⁹ *New African*, July 1988, p. 25.

²⁰ LAMB, David, *The Africans*, New York, Random House, 1983, p. 5.

que, em vários sectores da vida económica e social, os poderes oficiais actuais nem sequer conseguiram manter a limitada herança colonial. Mais significativos do que quaisquer números, sujeitos a manipulações e interpretações contraditórias, são naturalmente algumas das categorias com que se procura especializar a dimensão da dominação política e institucional dos colonialismos. Entre estas categorias, destaca-se sobremaneira a discussão cada vez mais frequentada do tema das *fronteiras* como fonte de conflitualidade e crise demoterritorial. Em muitos trabalhos científicos e em muitos discursos de analistas especializados, insiste-se na artificialidade das fronteiras políticas africanas, impostas, desde a longínqua conferência de Berlim, em 1884-85, pelos colonialismos ocidentais a populações, territórios e, mesmo, nações e etnias africanas que, não se identificando com essas divisões, se viram atiradas para conflitos territoriais e étnicos recorrentes. No entanto, observando atentamente os conflitos e guerras actuais praticamente nenhum dos oponentes reclama modificações de fronteiras, da mesma forma que esses conflitos não se resolveriam com essas alterações. Existem, como no caso de Angola, estratégias de etnicização na mobilização das populações para os conflitos e para as guerras, mas não se destacam reivindicações de fronteiras, territoriais e étnicas. Na verdade, na maior parte destas guerras e conflitos, os «rebeldes» combatem pelo poder, ou pela partilha do poder, intentando atacar o centro destes territórios, principalmente procurando alcançar as capitais do Estado ou, pelo menos, as suas principais cidades. Não se recenseia sequer actualmente qualquer movimento significativo na África subsaariana reivindicando a secessão ou alteração de fronteiras, da mesma forma que não se descobrem grupos étnicos divididos por fronteiras políticas a reclamar a sua reunificação. Pelo contrário, a maioria destes grupos aprendeu demoradamente a explorar e a beneficiar comercial e politicamente desta situação, fazendo muitas vezes com que uma fronteira política ou uma alfândega se tornassem oportunidades para multiplicar vários negócios, frequentemente potenciados pelas solidariedades étnicas... Neste campo da etnicidade, importa ainda sublinhar que muito mais questionável se mostra a ideia de redesenhar fronteiras conformes à diversidade étnica, o que implicaria transformar as cerca de 2000 etnias existentes na África subsaariana numa complexa rede de milhares de ilhas talvez da dimensão das de Cabo Verde, o que conduziria a uma espécie de «insularização» que o continente africano nunca conheceu, como o poderá comprovar qualquer estudante minimamente informado de história de África, destacando a continuada organização política pré-colonial de reinos e nações que, da Etiópia ao Congo, sempre procuraram formas mais complexas de estabilidade territorial e apropriação social dos espaços e das etnicidades.²¹

Em alternativa, nos últimos anos, tem vindo a afirmar-se uma corrente *internalista* que explica a situação das sociedades africanas através de factores internos: corrupção, liderança política, tirania, violações dos direitos humanos, fuga de cérebros e

²¹ Entre muitas obras de história de África que, na última década, têm vindo a dedicar esforços importantes de investigação ao período pré-colonial, frequente-se o livro notável de ISICHEI

capitais..., contam-se entre a generosa colecção de causas internas, apontando geralmente para a responsabilização política dos próprios Estados africanos na situação de crise económica e social do presente. Entre os principais actores desta corrente internalista podemos congraçar nomes tão importantes como o prémio Nobel Wole Soyinka,²² Kwesi Armah ou os trabalhos referenciais de George Ayittey, *Africa Betrayed*²³ e, mais recentemente, *Africa in Chaos*, livros importantes, verdadeiros sucessos de livraria, principalmente nos Estados Unidos. Apesar de minoritários e de serem frequentemente censurados e perseguidos, estes «internalistas» argumentam, com alguma razão, que qualquer conceptualização da crise e dos conflitos africanos exclusivamente através de factores externos se mostra incompleta, não atendendo sequer a que muitos temas externos se encontram afastados do controlo e da acção da maior parte dos países africanos.

As ciências sociais ainda não conseguiram explicar a frequência íntima entre estas teorias e as representações das «duas Áfricas» em conflito, provando definitivamente que qualquer teoria da crise e da conflitualidade deve ser polimórfica e multidisciplinar, cruzando e interpretando associativamente os campos político, social, económico e cultural. Para começar os temas da crise e da conflitualidade social na África subsaariana obrigam a mobilizar várias investigações esforços capazes de alterar as condições de acesso às fontes, às populações e de produção científica. Não é possível continuar a estudar e caracterizar os problemas das sociedades africanas exclusivamente a partir de fontes e estatísticas oficiais, vinculadas aos poderes centrais, às elites dominantes e à justificação das suas políticas, quando se continua a saber muito pouco acerca dos outros sectores sociais e populacionais, acerca dos quais a falta de estudos sérios acompanha a enorme inexistência de dados sociais e económicos. Ao mesmo tempo, continuam também a escassear as investigações de longa duração, as únicas que podem procurar compreender regularidades, permanências e tensões no seu funcionamento histórico e social.

Face a estas limitações, o estudo da conflitualidade nas sociedades da África subsaariana deve começar por continuar a convocar modelos conjunturais de investigação e interpretação da crise dos sistemas de Estado. De facto, em grande parte da teoria social disponível sobre a África contemporânea, o campo político encontra-se submergido pela economia, as forças e práticas culturais são negligenciadas, ao mesmo tempo que os vários agentes sociais – elites, grupos urbanos e rurais, etc. – recebem muito pouca atenção na sua caracterização territorial, demográfica e social. Trata-se de uma situação analítica que, frequentemente, se liga à desresponsabilização dos poderes políticos oficiais, até porque muitas vezes são eles que autorizam, permitem e, nalguns casos, financiam as pesquisas que generalizam os «diagnósticos» dos problemas económicos e sociais de que também são responsáveis. Mais grave ainda, esta incapacidade para cruzar rigorosamente os diferentes domí-

²² SOYINKA, Wole, *The Open Sore of a Continent*, New York, Oxford University Press, 1996.

²³ AYITTEY, George B. N., *Africa Betrayed*, New York, St. Martin's Press, 1992.

nios de funcionamento das sociedades africanas, esquece-se com excessiva facilidade que mesmo a ordem social é mantida a uma multiplicidade de níveis, o que obriga a teoria a perseguir as mudanças na economia, na política, no social ou nas relações e comunicações culturais. Podem procurar desvalorizar-se estes campos de análise como «internos» ou, mais qualificadamente, conjunturais, mas o seu estudo mostra-se incontornável para se perceber rigorosamente a situação de todos os agentes, grupos, meios e interesses que se movimentam e relacionam nas sociedades africanas, os quais, mesmo quando encontram representação no sistema de estado, tendem a sobrepujar, precisamente através da conflitualidade, as expressões mais dramáticas de crise desse sistema de estado, seja uma conjuntura económica exageradamente negativa, um excesso de concentração de poderes e benefícios numa determinada elite no poder ou o fracasso total de ajudas externas.

No entanto, a um nível mais geral, é preciso reconhecer que a conflitualidade que percorre a África subsaariana tem muito pouco dessa «conflitualidade clássica» que toma forma de lutas e confrontos de classes procurando destacar ou defender a sua situação económica e social. São escassos os movimentos grevistas, as reivindicações violentas de classes sociais e profissionais, como também é pouco expressivo o sindicalismo e a sua influência nos movimentos sociais e populacionais, se retirarmos algumas excepções como a África do Sul ou o Burkina Fasso... Assiste-se a movimentos dramáticos de refugiados, êxodos massivos para as cidades, afrontamentos militares continuados que mobilizam amplas camadas das populações, muitas vezes com estratégias perversas de etnicização que percorrem territórios imensos. Parece, pois, necessário destacar que se torna necessário organizar um protocolo científico mais geral no qual seja possível articular todos os factores que interessam à renovação das teorias sobre crise e conflito nas sociedades africanas. Assim, julga-se que os diferentes espaços da África subsaariana em que se registam situações continuadas e praticamente cíclicas de guerras e conflitos violentos, experimentam simultaneamente três tipos de dificuldades: (1) uma crise económica e financeira do Estado, gerando desequilíbrios continuados entre os rendimentos e as obrigações com expressão social e económica principalmente nos meios urbanos; (2) divisões cada vez mais profundas e continuadas nas elites dominantes, gerando alienação do Estado e conflitualidade intraelitária, multiplicando a insegurança geral e a competição por posições elitárias, podendo assumir formas de repressão, perseguição e oposição violentas; (3) aumento progressivo, quase permanente, da mobilização dos grupos sociais inferiores e subalternos, mobilizando a indignação e a exploração nas cidades, ao mesmo tempo transformando a etnicidade em estratégia de confronto ou em predisposição política e social que pode exprimir-se mesmo através de partidos e movimentos armados. A conflitualidade na África subsaariana mobiliza claramente todos estes três factores, vazando, assim, os problemas conjunturais num conjunto mais complexo de «predisposições» conflituais de longa duração, claramente estruturais. Deste modo, se os conflitos resultam de uma multiplicidade de factores ancorados à longa duração, nomeadamente em torno dos equilíbrios entre

população e recursos, representação política e situação social, disfunções entre instituições humanas e ambiente, sustentabilidade, doença, clima ou a produtividade do solo, torna-se imperativo reconhecer que nestas batalhas do ecológico ao social, os ganhos são geralmente lentos e as crises que sublinham as dificuldades nem sempre conduzem a um «novo» mundo, seja através da independência, de um golpe de estado, de uma guerra ou de uma revolução. Em rigor, não existem soluções rápidas e circunstanciais sejam económicas ou políticas, modernas ou tradicionais... Independências e revoluções podem alterar o Estado, os governos e mesmo os regimes, mas não transportam soluções imediatas para problemas e conflitualidades de longa duração, apesar da competição para garantir o apoio popular, a mobilização étnica ou a fidelidade de um exército. Incapaz de sequer reconhecer e, muito menos, tratar de ultrapassar as suas disfunções estruturais, as sociedades africanas atravessadas por conflitualidades recorrentes continuarão mais a procurar encontrar soluções no robustecimento do autoritarismo e, recurso final, na guerra civil ou internacional. Assim é em muitas sociedades e territórios da África subsaariana. Até quando?